

Museu da Língua Portuguesa – língua de acesso: “acessável” ou acessível?

Museum of the Portuguese Language – language access:
“reachable” or accessible?

Cristiane Dias

Labeurb/Nudecri, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

Resumo: Este artigo propõe uma análise das filiações de sentido do discurso sobre a língua do Museu da Língua Portuguesa. Para tanto, tomo como material de análise um texto publicado no site, na sessão Novidades do Museu, a respeito do projeto “DENGO, um museu para todos”, um projeto social que tem como objetivo tornar o acesso ao Museu da Língua Portuguesa possível para pessoas que, por um motivo ou outro, não podem se deslocar até a instituição. O objetivo da análise é produzir uma reflexão sobre a ideologia do acesso como evidência de sentido produzida pelo discurso da globalização.

Palavras-chave: Língua. Acesso. Globalização. Discurso.

Abstract: This article proposes an analysis of affiliation senses of the discourse on the language of the Museum of the Portuguese Language. For this, I analyze one text published on the website in the session News about the Museum, about the project “DENGO, a museum for everyone”, a social project that has the objective to make possible the access to the Museum of the Portuguese Language to people who, for one reason or another, cannot move up to the institution. The objective of the analysis is to produce a reflection about the ideology of access as evidence of meaning produced by the discourse of globalization.

Keywords: Language. Access. Globalization. Discourse.

Introdução

No texto “Delimitações, inversões, deslocamentos”, ao falar da Revolução Francesa, Pêcheux (1990, p. 9) mostra que, além de ser “uma revolução nacional, democrática e popular; é também uma revolução linguística”. Na esteira dessa compreensão do autor a respeito da língua a partir do acontecimento da revolução num dado momento histórico, proponho, neste artigo, uma reflexão a respeito da língua, a partir das “mudanças do mundo ou das bases do mundo”, para seguir na linha de Pêcheux, pensando a chamada revolução digital.

Estamos vivendo um momento histórico de mudanças, ou melhor, um momento histórico em que culminam muitas questões levantadas há décadas. E aí reside o conceito de mudança, ou seja, no acontecimento discursivo de um processo histórico, capaz de produzir deslocamentos no modo de pensar, se relacionar, produzir conhecimento e tecnologia. A mudança, portanto, não está no suporte, na coisa, mas no processo, na relação pensamento-mundo, para referir aqui o conceito de “materialismo do pensamento” retomado de Henry por Orlandi (2012).

Esse processo histórico da mudança começa, mais especificamente, para mim, na década de 40 do século XX, quando o mundo, através da implantação das redes mundiais de informação e comunicação, começa a concretizar a ideia da globalização como um aspecto importante da mundialização (BRUNEL, 2007).

Ora, a língua aí tem um importante papel no que diz respeito a uma concepção de mundo universal. Explico. O nascimento da cultura informática, como muitos autores já destacaram (MATTELART, 2002; LAFONTAINE, 2004; BRETON, 1991), pauta-se, em linhas gerais, sobre o movimento intelectual, político e científico da cibernética, cuja ideologia dominante é a do domínio da entropia através do *feedback*, e é desse modelo que se vale toda a teoria da comunicação. Esses pressupostos se referem tanto à máquina quanto ao cérebro humano, já que há, naquele momento, a tentativa de estabelecer um paralelismo entre os dois: a máquina e o cérebro através do desenvolvimento das máquinas inteligentes. Nas palavras de Wiener (1965, p. 26), “o funcionamento físico do indivíduo vivo e o de algumas das máquinas de comunicação mais recentes são exatamente paralelos no esforço análogo de dominar a entropia através da realimentação”. Essas e tantas outras ideias dos fundadores da cibernética têm efeitos de sentido importantes para as Ciências Humanas, como mostra o amplo trabalho de Lafontaine (2004).

Para mim, fundamentalmente, o que interessa compreender são dois desses efeitos: 1) o da despolitização e 2) o da informação e comunicação como dominação (da entropia) pela realimentação.

A língua móvel

A política da globalização está estritamente ligada à expansão do espaço e ao encolhimento do tempo. De tanto o espaço se expandir, ele contraditoriamente reduz o tempo, encurralando-o. Não há um equilíbrio entre espaço e tempo, mas predomínio do espaço sobre o tempo, na medida em que o tempo se define estruturado pelo espaço como condição de sua produção. Assim, quando falamos em acesso, por exemplo, estamos nos referindo a possibilidades espaciais, geográficas e geopolíticas de alcance de algo, o que, na sociedade contemporânea, ocorre por meio da redução do tempo pelo acesso. Para especificar um pouco mais o que quero explicitar, pensemos que, numa cidade como São Paulo, um sujeito leva um tempo considerável para ir de um ponto a outro, ou seja, o acesso a determinados lugares é difícil em função da urbanização crescente. Assim, a possibilidade de acesso sem deslocamento é, cada vez mais, o que estrutura o modo de urbanização e de mobilidade dos sujeitos. É pelo discurso do “acesso”, que tem como argumento a mobilidade, que o sujeito é individuado e se inscreve na formação discursiva da língua monumento.

O que define a mobilidade não é mais necessariamente o mover-se no espaço, de um ponto a outro, mas o mover-se em rede, de um nó a outro, na velocidade dos *bits*. Poderíamos citar inúmeros exemplos dessa mobilidade, como as propagandas bancárias – “faça tudo sem sair de casa”; os governos digitais, que proporcionam serviços públicos *on-line*; e tantos outros, dentre eles o acesso a acervos de bibliotecas e museus, com visita *on-line*. Tudo isso produz uma otimização do tempo ou uma mercantilização do tempo. Tempo é dinheiro.

Mas aqui o que interessa mais diretamente é pensar como a língua se porta e é instrumentalizada nessas condições de produção. Da perspectiva da Análise de Discurso, que tomamos, na qual língua e ideologia se relacionam no processo analítico, uma vez que consideramos a linguagem em sua forma linguístico-histórica (ORLANDI, 2012), o discurso sobre a língua produzido pelo Museu da Língua Portuguesa – Unidade da Secretaria de Cultura do governo do estado de São Paulo – se constitui pela ideologia do acesso, da mudança e da inovação, características da sociedade da informação. Como afirma Mattelart (2002):

Uma nova ideologia que não diz o próprio nome se naturalizou e foi elevada à categoria de paradigma dominante da mudança. As crenças que acompanham a noção de sociedade da informação mobilizam forças simbólicas que tanto fazem agir como permitem agir em determinada direção, e não outra. Elas orientam a formação de programas de ação e de pesquisa dos Estados e das instâncias supranacionais. Quantos ministérios da Indústria, da Tecnologia ou da Ciência no mundo inteiro não acrescentaram... 'e da sociedade da informação'?

Cristiane Dias

248

Essa ideologia que não diz seu nome, mas que se materializa no discurso do acesso para todos, é um efeito metafórico da universalização, pois o que vai reger o discurso do programa de implementação da Sociedade da Informação no Brasil é a noção de “universalização” (do acesso, da informação, da comunicação). A universalização é uma formulação que se atualiza no discurso da globalização e das redes telemáticas. Atualiza-se pelo deslocamento de uma memória que diz respeito a um mundo ideal, uma língua ideal. Um mundo unificado, uma língua única. “Babel reencontrada”, na expressão de Pêcheux e Gadet (2004), e “acessável”. A universalização produz sentidos, assim, no interior do acontecimento da tecnologia, nessas condições de produção atuais que reorganizam a sociedade em torno da comunicação. Nesse sentido, falar em universalização da comunicação e da informação significa o acesso. Essa formulação da universalização da comunicação, da informação e do acesso, trabalha com o sentido posto, evidente de que 1) há comunicação e 2) a informação (universalizada) será a mesma para todos. Podemos ficar apenas por aqui para compreender o quão opaco é o sentido de universalização quando levamos em conta sua materialidade discursiva. A questão da formulação da universalização como lema da sociedade da informação coloca o problema do “todos conectados”. O sujeito dessa universalização é “todos”, pois universalizar o acesso, a comunicação e a informação significa universalizar o sujeito e o(s) sentido(s). O discurso da universalização trabalha com o consenso que, segundo Orlandi (2010, p. 6), traz em si a noção de unidade (do sentido).

Essas considerações teóricas a respeito das relações de sentido entre tecnologia, globalização, sociedade, universalização e acesso, para chegar à questão do discurso sobre a língua no site do Museu da Língua Portuguesa, têm como objetivo mostrar a relação entre língua e ideologia.



Em Análise de Discurso, tomamos a língua como materialidade do discurso, portanto compreendo que a concepção de língua como acesso, que é a do Museu da Língua Portuguesa, filia-se ao discurso da universalização, “reformulado em torno do tema da globalização” (GUILLEBAUD, 2003).

A proposta do Museu, como o próprio site diz, é “aplicar a tecnologia” para a difusão da língua portuguesa e proporcionar acesso e valorização do usuário à língua como “patrimônio fundamental e fundador da cultura”. A questão que trago para reflexão, neste artigo, no entanto, é até que ponto o acesso ou uma concepção de língua acessável confunde-se e se indistingue de uma noção forte de língua acessível, no sentido político.

Conforme o que vim mostrando nesta primeira parte do artigo, o sentido de acesso, nas condições de produção da globalização, significa acessável. Há aí, nessa evidência ideológica da tecnologia, uma equivocidade do sentido de acesso que, em sua ambiguidade, funciona interpelando o indivíduo em sujeito da língua portuguesa (acessável/acessível), no jogo das formações discursivas.

Ora, se recorrermos ao significado dicionarizado das palavras “acesso”, “acessível” e “acessar”, encontraremos um sentido comum nos três verbetes, que é o da referência à comunicação, mas teremos também sentidos distintos, que são os que aqui me interessam, que é o sentido daquilo que se pode alcançar e compreender. É aí que o equívoco entra em jogo. Segundo Orlandi (1999, p. 47), “para pensarmos a ideologia, nessa perspectiva, pensamos a interpretação. Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante”. Ora, é essa espessura material do significante “acesso” que quero compreender.

A língua de acesso

De acordo com o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999), o verbo “acessar” possui a seguinte definição:

Acessar. [De *acesso* + *ar*²; adapt. Do ingl. (*to access*.) V. t. d. *Inform.* 1. Estabelecer comunicação com (computador, ou dispositivo a ele ligado), para fazer uso de seus recursos, ou dos serviços por ele oferecidos. 2. P. ext. Obter ou utilizar dessa maneira (dados, arquivos, programas, serviços, etc., armazenados ou processados em computador): *acessar informações sigilosas*.



Essa definição filia-se aos sentidos das novas tecnologias, ligadas ao computador. Vemos que a abreviatura *Inform.* – informática – já determina a primeira acepção da definição como estando filiada ao discurso da informática, e a segunda acepção é introduzida pela abreviatura *P. ext.* – por extensão da primeira. Em suma, “acessar” está determinado pela evidência do sentido da informática.

Já o verbete “acessível” traz a seguinte definição:

Acessível. [Do lat. tard. *accessibile*.] **Adj. 2 g.** **1.** A que se pode chegar; de acesso fácil: *porto acessível a todo tipo de embarcação.* **2.** Que se pode alcançar, obter ou possuir: *livros bons e acessíveis.* **3.** Inteligível, compreensível: *É um filme acessível a qualquer público.* **4.** Tratável, comunicativo: *É pessoa muito acessível e simpática.* **5.** Módico, moderado, razoável: *preços acessíveis.*

Nessa definição podemos observar que não há uma referência direta à informática, mas sim a algo que se pode alcançar, como na acepção 2, ou a algo que se pode compreender, como na acepção 3. Isso me leva a interpretar que “acessar algo” não significa que algo é acessível, no sentido de inteligível ou compreensível, mas que algo é passível de ser acessado, ou seja, **acessável**, **palavra não dicionarizada**. O verbo acessar tem, portanto, como adjetivo acessível (e não acessável), produzindo o equívoco de que a qualidade de acessar é acessível. Já o substantivo “acesso” traz, em sua oitava acepção, a referência à informática:

8. *Inform.* Ato ou efeito de acessar (1); comunicação entre dispositivos computacionais. **9.** *Inform. Restr.* Acesso (8), por meio do qual se utilizam os serviços ou recursos oferecidos em uma rede de computadores.

Porém, em suas outras acepções refere-se a outros sentidos, portanto a outras formações discursivas. Assim, o acesso pode ou não referir-se aos dispositivos computacionais.

A língua não acessível

Vejamos, a seguir, alguns recortes de textos disponíveis no site do Museu da Língua Portuguesa. Esclareço, antes, que os textos foram recortados buscando compreender o aspecto social do Museu ou o sentido

da relação público-museu no discurso do site e suas filiações. Vamos ao recorte de um texto sobre o *II Encontro Paulista de Museus*, cujo tema foi “O papel social dos museus”. O texto é de 29 de julho de 2010 e leva o título de “Reconhecimento é a chave para os museus exercerem seu papel social”.

Os museus compreenderam que eles não existem sem seus visitantes, que a *obrigação de comunicar* é deles e os visitantes não têm a obrigação de entender, que as ações de preservação, pesquisa e *difusão* só têm valor porque servem a uma causa pública, porque servem a uma sociedade e ao *desenvolvimento* desta. (grifo nosso)¹.

Os trechos grifados, “obrigação de comunicar”, “difusão” e “desenvolvimento”, inscrevem o museu na formação discursiva da sociedade da informação, que projetam a formação ideológica da comunicação, na qual o sujeito precisa ter acesso, mesmo que isso não signifique que ele chegou a alguma compreensão do que acessou. Ou seja, trata-se de uma sociedade voltada para a globalização econômica e cultural, através das redes de comunicação. Uma sociedade que tem a informação e a comunicação como valores maiores do desenvolvimento econômico e social.

Nessa perspectiva, o papel social dos museus modernos passou a ser, então, comunicar. Eis o maior valor das sociedades contemporâneas.

Esse recorte permite compreender o discurso do Museu da Língua Portuguesa e suas filiações de sentido no que diz respeito ao papel social do museu como promotor da língua portuguesa. Mas de que social estamos aqui falando?

Cabe, aqui, fazer referência a Alain Touraine (2006), que desenvolve sua análise sobre o mundo de hoje, mostrando que há um declínio do social (ou dessocialização) em prol do cultural. Os movimentos sociais agora se tornam movimentos culturais em função do esvaziamento da noção de social. É esse o “mundo do vazio social”, diz o autor. Ou seja, os direitos culturais, hoje, têm mais valor do que os direitos sociais e políticos já tiveram. Isso ocorre, segundo o autor, em função do novo tipo de sociedade definida pelas tecnologias, a sociedade da informação.

Para Touraine (2006), foi nos anos 80-90 que o tema da Sociedade da Informação, a partir do desenvolvimento da internet, se impôs. Esse

¹ Disponível em: <http://www.museulinguaportuguesa.org.br/noticias_interna.php?id_noticia=156>.

tema, para o autor, abarca uma nova concepção de sociedade. “Esta sociedade da informação constrói-se sobre um novo tipo de conhecimento, sobre novos investimentos e uma representação transformada dos objetivos do trabalho e da organização social” (p. 33). Nesse sentido, as políticas sociais e a intervenção pública só podem ser concebidas a partir de uma compreensão dessa transformação pela qual passa a sociedade.

Ora, essa compreensão só pode se dar pela análise do modo como o discurso se textualiza nessa “nova sociedade”, pelo modo como os sujeitos são individuados e assumem uma posição à medida que se identificam a determinadas formações discursivas, conforme nos ensina Orlandi (2012).

A língua “para todos”

Neste item, passemos à análise de uma notícia publicada em 27 de outubro de 2011, no site do Museu da Língua Portuguesa. A notícia intitulada “Projeto ‘DENGO, um museu para todos’ já atendeu mais de 550 pessoas!” versa sobre um projeto social do Museu da Língua Portuguesa, o DENGO.

O Projeto ‘DENGO, um museu para todos’ teve início no dia 18 de setembro de 2009 e sua primeira incursão foi no GRAAC – Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer.

Desde então, o projeto já atendeu mais de 550 pessoas e, atualmente, atua junto ao Hospital das Clínicas e Hospital Santa Marcelina.

Esta interessante iniciativa do Núcleo Educativo do Museu da Língua Portuguesa tem por objetivo ‘levar’ o museu a um público que não pode se deslocar até a instituição.

Jovens educadores do museu visitam, todas as segundas-feiras, as instituições atendidas e durante duas horas apresentam o museu ao público, usando como ferramenta básica um laptop e, claro, seus conhecimentos!

Por se tratar de um público muito especial, o atendimento, normalmente, é individualizado, ou seja, cada educador atende uma pessoa por vez.

Por exemplo, no caso das crianças e jovens atendidos no GRAAC, o ‘passeio’ pelo museu, promovido pelos Educadores, se dava quando das sessões de quimioterapia.

O Museu da Língua Portuguesa, Unidade da Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, sempre adotou uma política de ampliar o acesso da população às suas instalações e a seu acervo (horário expandido de visitação sempre na última terça-feira de cada mês, entrada gratuita aos sábados e para entidades culturais e assistenciais que trabalham com setores da população em situação de risco social) por isso o projeto DENG0 é tão importante, pois ‘leva’ o museu a um público que está impossibilitado temporária ou permanentemente de se locomover.²

O primeiro aspecto que gostaria de destacar nessa notícia é a questão do acesso como política do Museu. No caso do projeto DENG0, o acesso ocorre por meio da tecnologia. O museu é móvel e se desloca até aqueles que não podem se deslocar, cumprindo, assim, sua função social. Interessante observar que as expressões aspidas são as que se referem à mobilidade: “leva” o museu e “passeio” pelo museu. Ou seja, levar e passear são significantes materiais de uma determinada concepção de espaço e de locomoção. Porém, na medida em que se está falando de uma tecnologia virtual, esses significantes assumem uma forma material distinta, a forma material do discurso da mobilidade. É daí que elas produzem sentido na formulação “levar o museu” e “passear pelo museu”.

Essa questão da mobilidade está diretamente ligada àquela do acesso sem deslocamento, ou seja, acesso virtual, e faz parte dessa “nova sociedade” ou dessa nova configuração do mundo e do espaço. Mas, conforme referi anteriormente, esse acesso proporcionado pela mobilidade não quer dizer, necessariamente, que a língua (por meio do museu) se torna acessível ao sujeito que, por uma razão ou outra, está excluído ou impossibilitado, mas que ela se torna acessível. Ou seja, para mim, o que está posto aí é que não é a língua que se destaca, mas o museu enquanto tecnologia, a “comunicação móvel”, conforme expressão de Santaella (2007).

Outro elemento importante do texto é o subtítulo que acompanha o nome do projeto: “um museu para todos”. Como sabemos, o “para todos” é um discurso que circula em várias propagandas e publicidades no Brasil. Essa formulação significa a partir do discurso da globalização e da universalização que ela engendra. Funciona, para

² Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/noticias_interna.php?id_noticia=102>.

mim, nessa formulação, um apagamento político do sujeito, no sentido de que busca fechar o sentido para outras possibilidades que não seja a massa do todos.

É aí que as instâncias específicas de controle asseguram a “gestão e a manutenção da justiça” (LÉONETTI; GAULEJAC, 1994, p. 59), na medida em que o sujeito se sente parte do todo, integrado, possibilitando, com isso, o estabelecimento do consenso. O sujeito é, assim, personalizado na forma do “todos”, apagando as diferenças, apagando o político, produzindo o consenso. Para Orlandi (2010, p. 6), “o consenso traz em si, e pelas suas definições no campo das ciências sociais, a noção de unidade [...]. Quando se pensa em consenso, se pensa a ligação que une a sociedade”. Pois bem, esse discurso produz no sujeito a ilusão de fazer parte do todo, individualizando-o na forma do todos, num processo socioeconômico mundializado.

Segundo Schaller (2001), a definição de democracia é muito mais complexa e abrangente que a simples participação política. A democracia, nos termos de Schaller, “não é uma tolerância pura, nem a afirmação de uma cidadania separada das relações sociais desiguais da sociedade” (p. 7). Fazendo referência a Alain Touraine (1994), afirma que a democracia é “a política do sujeito”, o reconhecimento do outro no seu mais alto nível possível. Trata-se da alteridade, muito mais que da identidade. A questão aqui é que a digitalização da cultura, a conexão total de tudo a todos, vai produzir uma outra forma de relação social, cultural e política entre sujeitos, da qual a democracia precisa se ocupar.

Referências

BRETON, P. **História da informática**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GUILLEBAUD, J.-C. **A reinvenção do mundo: um adeus ao século XX**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LAFONTAINE, C. **L’empire cybernétique: des machines à penser à la pensée machine**. Paris: Seuil, 2004.

LÉONETTI, I. T.; GAULEJAC, V. **La lutte des places**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas: RG Editora, 2010.

_____. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M., GADET, F. **A língua inatingível**. Tradução de Bethânia Mariani et al. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez.1990.

SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SCHALLER, J. J. **Construire un vivre ensemble dans une démocratie renouvelée**. Université de São Paulo, 2001.

TOURAINE, A. **Qu'est-ce que la démocratie**. Paris: Fayard, 1994.

_____. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

WIENER, N. **Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos**. Tradução de José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1965.